

Iris contesta Fazenda por cortar custeio agrícola

O ministro da Agricultura, Iris Rezende, resolveu contestar publicamente a decisão adotada pelo Ministério da Fazenda de suspender a concessão de recursos ao custeio agrícola, em reação à anistia aprovada pela Constituinte.

Release distribuído ontem pela assessoria de imprensa do Ministério da Agricultura afirma que «Iris considerou precipitada a declaração feita na véspera pelo ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, no sentido de que devem ser suspensos todos os recursos públicos para o custeio da agropecuária».

Foi o secretário-geral da Fazenda, Paulo Cesar Ximenes (hoje ministro interino), quem anunciou a suspensão do custeio agrícola, a partir de instruções que Mailson da Nóbrega deu por telefone do Aeroporto do Rio de Janeiro,

momentos antes de embarcar para Los Angeles, nos Estados Unidos. Segundo o release de ontem, o ministro da Agricultura garante que o perdão «não terá o impacto financeiro anteriormente previsto» e por isso «não concorda em que o crédito agrícola sofra restrições por parte do Governo para compensar perdas com o perdão».

O impacto — ou o custo da anistia ao Governo Federal — inicialmente previsto pela Fazenda era de Cz\$ 750 bilhões. Com a anistia aprovada quarta-feira, estima-se um impacto de Cz\$ 70 bilhões, número ainda não confirmado pela Fazenda. Até a véspera da votação pela Constituinte, Iris prestou várias declarações, condenando a anistia.

Ontem, Iris deu a entender que agora aprova o perdão: «Recordou o ministro Iris Rezende que os

agricultores já foram beneficiados no ano passado com isenção do pagamento da correção monetária da dívida contraída durante o Plano Cruzado. A isenção, então, contemplou o pagamento da correção da dívida até agosto de 1987 para produtores do Centro-Sul; e até janeiro de 1988 os do Norte e Nordeste», diz o release de duas páginas.

«Assim — continua o release — a repercussão da nova anistia na agricultura é reduzida em comparação com os setores do comércio e da indústria, onde o benefício alcança agora dívidas de até cinco mil OTNs». Por fim, reproduz uma declaração de Iris: «Não tem, portanto, nenhum sentido a realização de suspensão de recursos na agropecuária, sobretudo porque se trata de um setor que está dando certo, que vem apresentando recordes de produção».

Pequenas empresas perdem benefícios

O Governo suspendeu, por prazo indeterminado, todos os programas que concedem benefícios a pequenas e médias empresas. A medida foi anunciada ontem pelo presidente José Sarney, que a classificou como a segunda providência para «salvar o programa fiscal» colocado em risco pela Assembléia Nacional Constituinte com a aprovação da emenda da anistia. Foi Sarney quem igualmente mandou cortar os recursos do custeio agrícola.

«Se não tomarmos essas medidas evidentemente vamos cair no descontrolado, na ingovernabilidade — justificou o presidente durante entrevista no Palácio da Alvorada». Depois de afirmar que viaja para a China «extremamente preocupado» com as consequências da decisão da Constituinte, Sarney previu que ela «vai importar em um sacrifício

gigantesco para o povo brasileiro», já que o Governo «terá que tomar medidas duras» para manter o equilíbrio da base monetária.

Custo alto
«Eu tenho pago custos políticos altos nas decisões que tenho sido obrigado a tomar, mas estou fazendo e farei porque acho que é meu dever e para benefício do País» — justificou o Presidente.

A primeira reação do Governo a decisão da Assembléia aconteceu logo depois da votação da anistia, com a suspensão dos financiamentos para custeio e investimento agrícola, recomendada por Sarney ao ministro Mailson da Nóbrega. Menos de doze horas depois, o presidente anunciou a segunda providência:

«Determinamos hoje (ontem) de manhã ao ministro do Planejamento a suspensão dos programas or-

çamentários no que se refere também a pequenas e médias empresas nos programas específicos» — informou Sarney.

Rigor
O Presidente afirmou que está disposto a «tomar todas as providências necessárias, com o maior rigor, para manter a linha de contenção do déficit público», já que o acirramento da crise econômica do país é uma ameaça à democracia: «Nós temos exemplos muito claros na América Latina que toda vez que nos enfrentamos problemas econômicos eles desembocam em problemas sociais, os problemas sociais desembocam em problemas políticos e os problemas políticos desembocam em problemas institucionais. O preço que se paga por tudo isso é o preço da democracia» — concluiu Sarney.



Sarney mandou a breu cortar incentivos às pequenas empresas

Anistia tributária cria rombo à União de Cz\$ 145 bilhões

A anistia de multas, juros e demais encargos sobre débitos tributários para com a Fazenda Nacional — aprovada no final da noite da última quarta-feira pela Constituinte — provocará um rombo de Cz\$ 145 bilhões para a União, segundo cálculos iniciais realizados ontem pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. O buraco equivale a mais da metade do que o Governo economizou com o congelamento da URJ sobre os salários dos funcionários das empresas estatais, e a tudo que espera arrecadar com o Trileão.

O perdão beneficia quase todos os tipos de dívidas tributárias de pessoas e empresas que tenham sido geradas até 31 de dezembro do ano passado. A emenda aprovada pela Constituinte veda a anistia sobre débitos que tenham como causa crimes definidos em lei. Com isso, estão perdoadas multas, juros e demais despesas sobre uma dívida total de Cz\$ 440 bilhões, em processo de cobrança administrativa (pela Receita) e

judicial (pela Procuradoria da Fazenda). No primeiro caso, o perdão representa 30% do valor da dívida, no outro, cerca de 35%.

Crime

Outros Cz\$ 860 bilhões em dívidas não foram atingidos pela anistia, porque referem-se a empresas que deixaram de recolher imposto de Renda na Fonte de seus funcionários e IPI (Imposto Sobre Produtos Industrializados). A sonegação destes dois tributos configura crime de apropriação indevida e sujeita os responsáveis pelas empresas à prisão administrativa e indisponibilidade de bens.

A anistia não atinge o principal da dívida e nem a correção monetária sobre o valor. Elimina multas que variam de 10 a 50% sobre o valor da dívida corrigida, em função do prazo de atraso e característica em que este foi criado; juros de mora cumulativos a razão de 1% ao mês; e custos processuais quando o débito está em cobrança judicial.

CNA não aceita retaliações

O ex-ministro da Agricultura e atual presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Alysson Paulinelli, disse ontem ao *Jornal de Brasília* não acreditar que o corte de crédito de custeio para a agricultura e a pecuária seja uma medida de retaliação contra a aprovação, na última quarta-feira, pela Constituinte, da anistia parcial para a correção monetária dos créditos contraídos durante o Plano Cruzado por micro e pequenos produtores rurais e urbanos. «Porque, se for, é querer comprar uma briga com o setor (agropecuário). E nós não fugiremos à briga», advertiu o presidente da CNA.

Ele não quis entrar em detalhes dessa briga, argumentando que prefere continuar acreditando, com a experiência de quem já foi Governador, que a suspensão de créditos é temporária para permitir ao Governo avaliar a verdadeira extensão desta anistia. Um assessor da CNA sugeriu, entretanto, para efeito de interpretação da afirmação de Paulinelli, que a agropecuária poderia passar a produzir tão somente com seus próprios recursos, o que implicaria uma violenta queda de produção. Ele advertiu que com uma briga desse tipo, todos acabariam perdendo: o produtor, com menor produção e arrecadação; o consumidor, com a menor oferta de alimentos; o País, com queda nas exportações de produtos agropecuários, e o Governo, com a queda da arrecadação do setor.

Medida administrativa
O presidente da Confederação Nacional da Agricultura ainda manifestava o seu inconformismo com o que considera intransigência do Governo em resolver o problema dos débitos da agropecuária por via administrativa. Segundo ele, não deveria ser uma medida legislativa. Porque, afinal de contas, com o orçamento monetário na mão, o Governo, na opinião dele,



Paulinelli: não fugiremos à briga

tinha todas as condições para rever, caso a caso, o problema dos produtores. Alguns dos que tomaram créditos e que obtiveram boas safras e vendas, não precisariam de ajuda. Já outros, como os produtores de batata, incapazes de pagar seus débitos com a correção monetária inesperada que se seguiu ao congelamento do Plano Cruzado, deveriam obter condições que lhes permitissem pagar seus débitos.

O que acabou acontecendo, segundo Alysson Paulinelli, foi uma generalização, em que muitos que não precisariam acabarão recebendo ajuda, enquanto muitos que precisavam dela desesperadamente, não a obterão. Além disso, ele considera a anistia aprovada tímida demais para resolver os problemas do setor. Na opinião dele, a primeira anistia aprovada na quarta-feira, a que incluía os médios produtores (emenda Mansueto de Lavour), só atingia 20% dos produtores rurais necessitados. Com as limitações a ela impostas pela emenda Roberto Freire, a anistia não atende mesmo o setor rural.

Fiesp teme descontrolado

São Paulo — O presidente da Fiesp, Mário Amato, acha que a anistia aprovada pela Constituinte poderá provocar aumento de impostos e elevação da inflação. Ele disse ontem ainda estar na esperança de que os cálculos dos gastos com a anistia não sejam tão alarmantes e que a medida poderá constituir um precedente perigoso. Todos podem alegar situações para reaver o dinheiro gasto no pagamento de dívidas. E esse rombo todos nós vamos pagar — afirmou.

Quando a inflação de 19,53% de junho, Mário Amato considerou preocupante, mas acha que a recessão é ainda pior. Ele revela que 12 empresas consultadas pela Fiesp, de todos os segmentos, estão com 40% de ociosidade. Amato afirmou também que nenhuma empresa fechou o mês com resultado positivo e que assim as reintuições de reposição salarial feitas pelos trabalhadores estão difíceis de serem atendidas. «Lamentavelmente, os trabalhadores têm razão. Mas as empresas também estão mal» — concluiu Amato.

Mailson admite dano a programa social

Los Angeles — O ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, ainda esta quantificando os danos financeiros que a anistia aprovada pela Constituinte vai causar ao País. Só depois então, é que determinará a suspensão de programas sociais e de investimentos, na mesma magnitude de recursos.

A informação foi transmitida ontem cedo, em Los Angeles, pelo ministro Mailson da Nóbrega, momentos antes de seguir para São Francisco, na Califórnia, onde foi expor aos banqueiros locais os rumos da negociação da dívida externa brasileira com o comitê assessor formado por 14 dos maiores bancos credores do Brasil. Só é que o ministro segue para Tóquio, onde fará trabalho semelhante junto aos banqueiros japoneses.

Segue trechos da entrevista do ministro Mailson:

A Constituinte aprovou a anistia fiscal para os microempresários. Qual é o prejuízo que isso vai causar ao País e quais medidas que o Governo terá que adotar daqui para frente para cobrir esse rombo?

Mailson — Os prejuízos estão sendo avaliados. Até a minha saída de Brasília, ontem (quarta-feira) à noite, o Ministério da Fazenda estava trabalhando na quantificação dos danos que a medida vai causar ao País. Quanto a medidas com-

pensatórias, a primeira que deveremos adotar, em caráter de emergência, é a suspensão do financiamento de custeio agrícola e investimento, porque a medida, como o Governo disse amplamente, várias vezes, é tomada contra os interesses da agricultura brasileira — para beneficiar um grupo de pessoas que defenderam com teses populistas, até demagógicas, com uma grande ignorância da realidade brasileira. Depois disso vamos, possivelmente, levar ao Presidente da República, alguma medida de suspensão de programas de Governo. E nossa idéia examinar imediatamente a instituição de uma reserva de contingência — a Seplan em conjunto com o Ministério da Fazenda — que suspenderia a liberação de recursos em magnitude exatamente igual àquela das perdas provocadas por essa medida danosa aos interesses do País. Isso pode afetar programas sociais e programas de investimento necessários ao desenvolvimento econômico e social do País.

Pode vir alguma medida direta como tributo em cima do consumidor?

Não, essa medida nós teremos que examinar, também mas ela não pode ser aplicada imediatamente, porque há que se observar o princípio da anualidade. Isto é, as

medidas tributárias só poderão fazer efeito no exercício seguinte. Isso vai levar um pouco mais de tempo, mas de alguma forma o contribuinte brasileiro, o consumidor, o trabalhador, serão os grandes prejudicados por essa medida demagógica e populista.

Na última reunião do Conselho Monetário, o senhor fez a apresentação de um documento analisando a economia brasileira. Como é que se encontra a renegociação da nossa dívida?

Bem, a dívida foi concluída. Os pontos básicos da dívida foram negociados com o comitê assessor. Agora estamos no trabalho de busca da adesão dos cerca de 700 credores do Brasil, porque o acordo foi feito, com 14 bancos que integram o comitê assessor. Esse é inclusive, um dos objetivos de minha viagem, uma parada aqui nos Estados Unidos para conversar com banqueiros da Costa Oeste e começar um processo de venda desse pacote. Em Tóquio deveremos fazer a mesma coisa, e na semana seguinte ao nosso retorno ao Brasil, deveremos fazer trabalho semelhante na Europa. Nossa expectativa é que algum trabalho vai dar, mas vamos conseguir a adesão da massa crítica que será de 90 a 96% dos credores, o que tornará factível a efetividade do contrato.

Conta será cobrada, garante Ximenes



Camargo descarta compulsórios para cobrir prejuízos

Corte vai até o final do ano

O Governo ainda não está estudando o lançamento de um novo empréstimo compulsório para cobrir os prejuízos da União a partir da anistia aos empresários e produtores rurais. Entretanto o corte no custeio agrícola, já determinado para o mês de julho, poderá se estender até o final do ano, dependendo do impacto da anistia sobre os cofres públicos, que será divulgado preliminarmente hoje pelo Ministério da Fazenda. Foi o que disse ontem, em entrevista coletiva, o secretário para Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda, João Batista Camargo.

Ele informou que, através do Banco do Brasil, o Governo havia programado para o mês de julho um desembolso para o custeio agrícola, pecuário e investimento rural da ordem de Cz\$ 30 bilhões. Esperava receber dos produtores Cz\$ 55 bilhões, o que daria um retorno de Cz\$ 25 bilhões líquidos. Este, inclusive, era o montante que seria replicado em comercialização da safra agrícola. Após a aprovação da anistia, não se sabe mais o montante disponível a ser aplicado. Sabe-se, entretanto, que o Governo honrará os contratos

firmados com produtores antes da anistia, equivalentes a Cz\$ 10 bilhões.

Demonstrando irritação, Camargo ressaltou que a emenda de que trata a anistia trará inúmeros problemas uma vez que surgirão milhares de causas na Justiça, pois o texto contém pontos com dupla interpretação. «Eu mesmo não sei se o arrendatário entra ou não na anistia, pois o texto fala em produtor e também em proprietário rural. Esta é mais uma injustiça implícita na emenda», acrescentou.

Disse também que o corte no custeio em julho representa uma medida preventiva, mas o Governo poderá lançar mão de outros mecanismos para reduzir o impacto nos cofres da União. Com isso, poderão ser cortados os recursos para custeio referentes a agosto (Cz\$ 40 a Cz\$ 50 bilhões); setembro (Cz\$ 100 bilhões); outubro (Cz\$ 150 bilhões) e novembro (Cz\$ 70 bilhões). Destacou ainda que dependendo do impacto no Tesouro, pode-se chegar a um aumento de imposto para toda a sociedade que acabará pagando pela ampliação do déficit público.

«O aumento de Imposto de Renda para os assalariados seria uma das últimas medidas a serem aplicadas pelo Governo para cobrir os prejuízos causados pela anistia aos produtores rurais e empresários. Mas este prejuízo terá que ser dividido». A afirmação foi feita ontem à noite pelo ministro interino da Fazenda, Paulo Cesar Ximenes. Ele rebateu a afirmação do ministro da Agricultura, Iris Rezende, de que o Ministério da Fazenda precipitou-se ao anunciar o corte de custeio agrícola. «Creio que a medida não foi precipitada. Ela já estava sendo alinhavada e agora precisamos saber ao certo o impacto da anistia sobre o Tesouro, pois só assim poderemos rever ou manter a decisão», disse.

Ximenes afirmou também que o corte, a partir de hoje, no custeio agrícola, pecuário e investimento rural, foi uma medida determinada pelo ministro Mailson da Nóbrega, antes de embarcar para os Estados Unidos e Japão. Segundo ele, estes cortes representam mais uma defesa e não deve ser encarados como «uma questão de justiça», mas sim como uma questão de tempo, já que o Governo terá que cumprir uma série de metas econômicas até o final deste ano.

Compulsório

O ministro interino da Fazenda acrescentou que ainda não se está estudando a adoção de um novo empréstimo compulsório para cobrir o prejuízo do Tesouro com a anistia. Confirmou, entretanto, que o Governo continuará trabalhando para retirar alguns itens da emenda que trata da anistia, a qual também será votada novamente no segundo turno da Constituinte.

De acordo com técnicos do Ministério da Fazenda, o Governo conta com certa a aprovação de pelo menos duas propostas apresentadas pelas suas lideranças às emendas de anistia da correção monetária a pequenos e médios empresários e agricultores: a limitação em 50 milhões de OTNs (Cz\$ 66,8 bilhões) do benefício e a redução do prazo limite para quitação dos débitos.